

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 2019.

**Manifestante:** Marcio Mateus de Macedo

**Código de Manifestação:** 193.073.494.348

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que solicitou informação acerca do Processo TCE-RJ 218.975-4/14 - INSPEÇÃO REALIZADA ENTRE 11/08 A 15/08/14 - (TMS 2014 - CONTROLE DO ISS), com base na Lei Federal nº 12.527/2011, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 048.192-4/19 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação.

Em resposta, o Setor Especializado informou que o referido processo TCE-RJ 218.975-4/14 - INSPEÇÃO REALIZADA ENTRE 11/08 A 15/08/14 - (TMS 2014 - CONTROLE DO ISS) possui **CARÁTER SIGILO** e vossa senhoria não figura como parte oficiada nos autos, não podendo ser fornecida a cópia solicitada, de acordo com o disposto no artigo 11, inciso IV, da Resolução TCE-RJ nº 275/2013 (in verbis):

**Resolução TCE-RJ nº 275/13**

Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

(...)

IV - envolvam informação classificada como reservada, secreta ou ultrassecreta, ou que digam respeito a informações protegidas por sigilo assegurado por lei ou decisão judicial.

(...)

Em consulta ao Sistema de Controle de Acompanhamento de Processos – SCAP, não foi identificado o nome de VS<sup>a</sup> como oficiado no mencionado processo TCE-RJ.

Entretanto, caso V S<sup>a</sup> deseje poderá interpor, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no site do TCE-RJ da carta resposta, recurso ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, conforme disposto no artigo 15, da Lei 12.527/2011 e no *caput* e § 2º, do art.13 da Resolução nº 275/13.

**Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do aceso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

(...)

**Resolução TCE-RJ nº 275/13**

Art. 13. No caso de indeferimento de acesso às informações ou após as razões da negativa do acesso pelo órgão competente, poderá o interessado interpor recurso ao Plenário do Tribunal.

(...)

§ 2º Negado o acesso à informação em sede recursal, a decisão se torna irrecorrível.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

[ouvidoria@tce.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.rj.gov.br)